

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA FINAL DE CURSO

OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO NAS DÉCADAS DE 60 E 70

Juliana Seixas Machado de Rezende  
Nº de matrícula 9724127-9

Orientador: Luiz Roberto Cunha

Dezembro de 2001

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA FINAL DE CURSO

OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO NAS DÉCADAS DE 60 E 70

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

Juliana Seixas Machado de Rezende  
Nº de matrícula 9724127-9

Orientador: Luiz Roberto Cunha

Dezembro de 2001

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

*Agradeço aos meus queridos e amados avós, Olga e Willy, por tudo que fizeram por mim até hoje. Sem eles eu não teria um estudo de alto nível e não conseguiria terminar esta monografia em tempo hábil para entregá-la. Mas também não posso esquecer de uma pessoa especial e maravilhosa: Marco José! Que muito me deu incentivo, até mesmo com suas broncas ,mas, principalmente, com suas verdades, com seu carinho e com seu amor. Aqui fica o meu muito obrigada à vocês. Valeu!!!*

## ÍNDICE:

Listas de Tabelas	5
I. INTRODUÇÃO	6
II. PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo)	11
2.1 <i>Situação político-social</i>	11
2.2 <i>Objetivos e estratégias</i>	11
2.3 <i>Avaliação do PAEG</i>	15
III. O MILAGRE BRASILEIRO	19
3.1 <i>Situação político-social</i>	19
3.2 <i>Situação econômica</i>	19
IV. METAS E BASES PARA AÇÃO DO GOVERNO	24
4.1 <i>Estratégias do Plano</i>	24
V. I PND (I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO)	26
5.1 <i>Estratégias</i>	26
5.2 <i>Primeiro Choque do Petróleo</i>	28
5.3 <i>Considerações finais</i>	30
VI. II PND (II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO)	32
6.1 <i>Situação político-social</i>	32
6.2 <i>Situação econômica</i>	32
6.3 <i>Segundo Choque do Petróleo</i>	37
6.4 <i>Apreciações finais</i>	39
VII. CONCLUSÃO	42
7.1 <i>Apreciações Finais</i>	42
7.2 <i>Tabelas</i>	46
VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

## Listas de Tabelas:

<b>Tabela 1:</b> Salários	17
<b>Tabela 2:</b> Exportações	22
<b>Tabela 3:</b> Importação de petróleo bruto e derivados (US\$ milhões)	29
<b>Tabela 4:</b> Importações	30
<b>Tabela 5:</b> Metas de Crescimento do II PND	35
<b>Tabela 6:</b> Taxa de Juros, Taxa de Câmbio e Balança Comercial	38
<b>Tabela 7:</b> Importação de petróleo bruto e derivados (US\$ milhões)	39
<b>Tabela 8:</b> Estatísticas Monetárias	39
<b>Tabela 9:</b> Inflação, PIB e Dívida Externa	40
<b>Tabela 10:</b> Índice de Salário Mínimo e Médio	41
<b>Tabela 11:</b> PIB, Produto Industrial, Produto Agrícola, Exportações	44
<b>Tabela 12:</b> Brasil: Distribuição da renda da população economicamente ativa com rendimento não nulo, 1960-1980	45
<b>Tabela 13:</b> Importações, Balança Comercial, Amortizações, Superávit ou Déficit no Balanço de Pagamentos	46
<b>Tabela 14:</b> Dívida Externa Registrada Total, Dívida Externa Consolidada, Preços de Importações e Preços de Exportações	47
<b>Tabela 15:</b> Estatísticas monetárias	48
<b>Tabela 16:</b> Taxas de Juros, Preços ao Consumidor, Dívida Interna Federal e Salário Mínimo	49

## I. INTRODUÇÃO

Esta monografia pretende analisar os planos de desenvolvimento, instrumento de planejamento muito utilizado no Brasil, nas décadas de 60 e 70, mais precisamente durante o regime militar.

Além da bibliografia apresentada, a pesquisa por dados e fatos estendeu-se à leitura de jornais e revistas da época, entrevistas com pessoas que viveram e participaram ativamente do momento histórico, tais como os que ainda eram estudantes universitários, economistas e empresários bem sucedidos, pesquisas na Internet.

No espaço da *Introdução* será apresentada a síntese dos planos que fazem parte deste trabalho.

Na abordagem do assunto serão levados em conta: seus objetivos, o contexto político, econômico e social da época, os seus resultados e as razões para as diferenças entre o previsto e o realizado.

Após os militares destituírem o presidente João Goulart, em 1964, o Alto Comando da Revolução designou o então General de Exército Humberto de Alencar Castelo Branco para exercer a Presidência do Primeiro Governo Revolucionário, que escolheu para compor o seu Ministério os economistas Roberto Campos, para o

Planejamento e Otávio Gouveia de Bulhões, para a Fazenda.

O Programa Ação Econômica do Governo Castelo Branco tinha como propósito básico; a estabilização, o desenvolvimento e a reforma democrática. Com base nestes postulados foi lançado o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), que define como seus objetivos: “acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país; conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965 objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966; atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhorias das condições de vida; assegurar pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; corrigir a tendência a déficits descontrolados do Balanço de Pagamento, que ameaçavam a continuidade do processo de desenvolvimento periódico da capacidade para importar”<sup>1</sup>.

O PAEG foi uma estratégia aplicável ao período de transição. O presidente Castelo Branco sentiu a necessidade de um planejamento de longo prazo para guiar o processo decisório com a finalidade de preservar a continuidade administrativa, o que seria conseguido com o Plano Decenal, completado no fim do período governamental. Compreendia um “Plano de Perspectivas”, onde se fixaram metas e uma estratégia decenal de desenvolvimento para o período de 67/76. Neste plano foi dado ênfase aos setores sociais, particularmente ao educacional e ao investimento em habitação como estabilizador social e um importante gerador de empregos.

Os planos decenais perdem a validade porque são muito longos, e como a economia muda eles tem pouco efeito.

“Apesar do governo Costa e Silva, que se seguiu em 15 de março de 1967, ao do presidente Castelo Branco, perfilhar a mesma linha política, em nome da continuidade

---

<sup>1</sup> Programa de Ação Econômica do Governo – 1964/1966 (PAEG), pág. 15

revolucionária, e manter substancialmente a mesma doutrina econômica, o Plano Decenal não chegou a ser posto em execução.

Substituí-o o PED – Plano Estratégico do Desenvolvimento – a vigorar no período de 1968/1970 e destinado a configurar uma estratégia de transição durante o qual se postulava que o PIB efetivo poderia diferir do produto diferencial pela existência de capacidade ociosa a ser aproveitada”.<sup>2</sup> No entender do professor, Luiz Roberto Cunha, “o PED não substituiu o Decenal, o PED é a continuação dos Planos com duração dos mandados do governo”. Neste governo, o Ministro do Planejamento era Hélio Beltrão e da Fazenda, Antônio Delfim Netto. Em 1969, sobe ao poder Médici, após a morte de Costa e Silva. A pasta do Planejamento passa as mãos de João Paulo Velloso. Muitas das teses econômicas do PED são questionáveis (“A Nova Economia Brasileira”, pág. 66). Alguns dos resultados positivos são atribuídos como consequência do esforço anterior.

O período do chamado “Milagre” estendeu-se de 1967 a 1973. A economia brasileira cresceu em torno de 10% ao ano, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. Os planejadores do “Milagre”, com Delfim Netto à frente beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação econômica mundial favorável a empréstimos externos. Os países em desenvolvimento aproveitaram a facilidade de crédito e os juros baixos e fizeram empréstimos, entre eles, o Brasil. Outro fator a ser destacado foi o aumento da carga tributária e o bem sucedido melhoramento dos órgãos de arrecadação de impostos, que permitiram um substancial aumento na disponibilidade financeira do governo.

Em outubro de 1969 assume o governo o General de Exército Emílio G. Médici, que escolhe para o Ministério da Fazenda, Delfim Netto e para o Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, com poderes excepcionais constantes no AI-5. Elaboram o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) em dezembro de 1971, com as linhas básicas de ação do governo para os anos de 1972/1974, já definidas nas “Metas e

---

<sup>2</sup>Simonsen, Mário Henrique e, Campos, Roberto de Oliveira. “A Nova Economia Brasileira, pág. 65

Bases para Ação do Governo”. O plano oficializa ambiciosamente o modelo brasileiro como sendo o “modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no espaço de uma geração, transformar o Brasil em uma nação desenvolvida.”<sup>3</sup> Para os formuladores do plano o primeiro governo revolucionário fez a reconstrução econômica, já o segundo a expansão econômica acelerada e o terceiro em curso pretendia consolidar o processo de expansão econômica, mantendo-se uma taxa de aumento do PIB da ordem de 9% ao ano com a indústria crescendo acima de 10%<sup>4</sup>. O plano enfatiza a integração nacional do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central através dos “Programas de Integração Nacional e PRO-TERRA”, como também aos programas sociais de educação, saúde e saneamento, abertura de fronteiras e intercomunicação de mercados.

Quando o General Ernesto Geisel tomou posse em março de 1974, algo do clima de euforia proveniente dos “Anos do Milagre” ainda persistia. A condução da política econômica ficou nas mãos de Mário Henrique Simonsen, economista conhecido por suas posições ortodoxas, que substituiu Delfim Netto no Ministério da Fazenda e de João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento. O novo governo lançou o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), “que consagra a forma pelo qual o Governo brasileiro de então enfrentaria a crise mundial deflagrada pelo rompimento dos Acordos de Bretton Woods e pelo primeiro choque do petróleo”<sup>5</sup> Nele os Ministros Simonsen e Velloso reiteraram a opção do crescimento-com-endividamento. Significou a subordinação dos objetivos de estabilização às metas de longo prazo, o que “serviu de base à postura do presidente do Banco Central de não se preocupar com a dívida, mas apenas com a *administração da dívida*.”<sup>6</sup>

Os enormes investimentos alocados aos sistemas EMBRATEL, ELETROBRÁS, SIDERBRÁS, PETROBRÁS, e em outras empresas menores, eram o sustentáculo do plano. Não obstante os programas sofreram atrasos no atingimento de algumas metas,

---

<sup>3</sup> I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). República Federativa do Brasil.

<sup>4</sup> Presidência da República, 1971, pág. 13

<sup>5</sup> Kon, Anita. “Planejamento no Brasil II”, pág.68

<sup>6</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, pág. 305

como por exemplo a do petróleo (sujeito a azares e incertezas), e outros pelo fato dos prazos tecnicamente requeridos pela maturação dos grandes investimentos – não devidamente mensurados na feitura do plano.

O II PND permitiu o ajuste estrutural do Balanço de Pagamento. Com a maturação dos grandes projetos foi possível ao Brasil manter elevadas taxas de crescimento, e como lado negativo o endividamento externo e a sua repercussão fiscal.

O plano sofreu pesadas críticas conforme o livro a “Economia Brasileira em Marcha Forçada”, o Jornal Estado de São Paulo numa série de 11 reportagens critica a onda “estatizante” assim como a revista Visão. A Gazeta Mercantil (09/11/1977) questiona o conceito de dependência externa.

## II. PAEG (PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO)

### **2.1 Situação político-social**

A década de 60 tornou-se um marco importante na história do Brasil. Começa com a fundação de Brasília e com a mudança do governo para a nova capital. Durante algum tempo o país teve duas capitais: Rio de Janeiro e Brasília. A mudança foi lenta não só porque a nova capital ainda estava em construção, como também começava a faltar dinheiro para terminá-la. O esforço financeiro despendido pelo governo de Juscelino em seu plano de “50 anos em 5” e principalmente os gastos com a construção da nova capital, descapitalizou o país e ainda deixou uma enorme dívida, a ser paga pelo futuro governo. Jânio Quadros assume a presidência em 25 de janeiro de 1961 e renuncia logo a seguir em 25 de agosto de 1961. Estava lançada a semente da turbulência político-militar que só teria fim em 15 de março de 1985 com a posse do presidente José Sarney. Em 15 de abril de 1964 tem início o governo de Castelo Branco, o primeiro presidente militar, como consequência da chamada Revolução de 64.

### **2.2 Objetivos e estratégias**

A situação sócio-econômica na ocasião era de elevados déficits públicos, considerados níveis de inflação, um sistema financeiro que dificultava a obtenção de empréstimos, agravados com as taxas de juros superiores a 12% ao ano, salários corroídos pela inflação, empresas estatais ineficientes, deficitárias e altamente endividadas, serviços essenciais a população – água, luz, esgoto, transporte, assistência

médica – funcionando em precárias condições de atendimento a população.

Neste contexto, Castelo Branco implantou as reformas consubstanciadas no Programa de Ação Econômico do Governo, PAEG, apresentado pelos ministros do Planejamento, Roberto Campos e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões.

“O PAEG listava entre os seus objetivos: 1) reduzir a taxa inflacionária; 2) acelerar a taxa de crescimento econômico; 3) aliviar os desequilíbrios setoriais e regionais e as tensões criadas pela desigualdade social; 4) assegurar mediante apropriada política de investimentos, adequadas condições de emprego e produtividade, buscando absorver a mão de obra em expansão e; 5) restaurar a viabilidade do balanço de pagamentos.”<sup>7</sup> A ênfase do programa recaiu na redução dos gastos do Governo e na remoção do excesso de demanda provocado pelas políticas populistas anteriores de juros baixos e aumentos de salário acima da produtividade.

Para implementar o PAEG foram necessárias algumas reformas institucionais, dentre elas a criação do Banco Central do Brasil, pela Lei 4595/64; introdução da correção monetária e criação da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) – Lei 4357/64; FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Lei 5107/66; mercado de capitais, através da Criação dos Bancos de Investimento, Crédito Direto ao Consumidor, FINAME e Incentivos ao Mercado de Ações e; política salarial, nova regra implementada através da Circular 10/65 do Gabinete Civil.<sup>8</sup>

Novos títulos - as ORTNs - foram introduzidos inicialmente de forma compulsória, passando a serem demandados voluntariamente em um segundo momento. O lançamento das ORTNs tornou possível a obtenção de recursos adicionais para a cobertura do déficit. A correção monetária foi introduzida, pela Lei 4357/64, com a finalidade de neutralizar as distorções inflacionárias. Em 31/12/1964 foi promulgada a Lei 4595 que extinguiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e criou o

---

<sup>7</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, n.º. 5

<sup>8</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, n.º. 5

Conselho Monetário Nacional (CMN) como órgão formulador de políticas econômicas e o Banco Central do Brasil (BACEN ou BC) como o órgão executor e fiscalizador dessas políticas. Até então as funções do Banco Central eram divididas entre a SUMOC e o Banco do Brasil. A SUMOC era o órgão normativo das políticas monetária e cambial, sem, entretanto, ser autoridade executiva. O Banco do Brasil acumulava as funções de banco comercial e fomento, duas funções de Banco Central: a de banqueiro do Tesouro e a de banqueiro do sistema bancário.

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foi instituído pela Lei 4380/64, em torno do Banco Nacional de Habitação (BNH). Estes junto com o PIS e o PASEP, novos programas de seguro sociais, passaram a ser um poderoso agente de captação de poupança forçada.

“Em relação ao setor externo as reformas institucionais simplificaram e unificaram o sistema cambial, pela modernização das agências do setor público ligadas ao comércio exterior e pela maior integração com sistema financeiro internacional como fonte de acesso a créditos de médio e longo prazos.”<sup>9</sup>

“Uma nova política salarial implementada através da circular 10/65 do Gabinete Civil, determina a forma de reajuste salarial para a Administração Federal, recomendando também a sua aplicação para municípios e estados. Posteriormente, em 1966, a nova norma foi estendida para dissídios do setor privado: i) estabelecer o princípio da anualidade para dissídios do setor privado; ii) restabelecer o salário médio real dos últimos vinte e quatro meses; iii) sobre o salário médio real, incidir a taxa de produtividade e; iv) acrescentar metade da inflação programada para o ano seguinte.”<sup>10</sup>

Com as greves em atividades essenciais proibidas e as atividades sindicais reprimidas, o poder de barganha dos sindicatos tornou-se praticamente nula, pois que

---

<sup>9</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, pág. 218

<sup>10</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, nº. 5

competia ao governo o julgamento da essencialidade. As negociações diretas entre trabalhadores e empregados foram substituídas pela fórmula de reajuste fornecida pelo governo. Esta fórmula, após o reajuste de março de 1965 acabou reduzindo em 18% o valor do salário mínimo, em relação ao de fevereiro de 1964.

Em setembro de 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – Lei 5107), em substituição à estabilidade no emprego. Ainda que a adesão ao fundo não fosse por lei obrigatória, ela tomou de fato esse caráter. O fundo foi constituído por importâncias recolhidas mensalmente, 8% do salário, na forma de depósito bancário em nome do trabalhador. Ele só poderia ser levantado em casos específicos, como despedida injusta, compra de casa própria, casamento, aposentadoria. O núcleo de trabalhadores estável representava um pesado ônus, dificultando a administração do setor de pessoal e de produção das empresas privadas.

O governo introduziu elementos que possibilitavam controlar os gastos dos estados, ao promulgar lei que proibia os endividamentos sem autorização federal. O equilíbrio das finanças da União se deu através da melhora da situação econômica e financeira das empresas públicas. “Eliminaram-se os subsídios às importações de petróleo e de trigo.”<sup>11</sup> “Os impostos diretos e indiretos foram imediatamente aumentados.”<sup>12</sup> “As tarifas de serviço de utilidade pública foram aumentadas de acordo com a taxa de inflação.”<sup>13</sup> Embora essas medidas tivessem um impacto inflacionário imediato, esperava-se que elas eliminassem os déficits orçamentários do governo federal e desta forma reduzissem as forças inflacionárias. O que de fato aconteceu, pois que “o déficit do governo, como proporção do PIB, que era de 4,2% em 1963 já em 1964 declinava para 3,2%, em 1965 era apenas 1,6%, em 1966, 1,1%.”<sup>14</sup> “Em 1965, 55% do déficit foram financiados através da venda de títulos da dívida pública e em

---

<sup>11</sup> Baer, Werner. “A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil”, pág. 192

<sup>12</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, pág. 218

<sup>13</sup> Baer, Werner. “A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil”, pág. 192

<sup>14</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, pág. 218

1966 o déficit foi totalmente financiado pelos empréstimos junto ao público.”<sup>15</sup>

Com relação ao campo, a política repressiva do governo Castelo Branco contra os movimentos reivindicatórios veio acompanhada de medidas que procuravam encaminhar soluções para o problema da terra. Em novembro de 1964, o Congresso aprovou o Estatuto da Terra para fins de execução da reforma agrária e da promoção de uma política agrícola.

Uma das mudanças de enfoque importante dos ministros Campos e Bulhões se deu na área do comércio exterior. Eles rompem com a idéia então corrente do "estrangulamento das exportações", ou seja, de que existiam limites estreitos impostos a elas pela concorrência internacional. Os ministros consideravam que o potencial do Brasil fora subestimado. Lançaram assim uma campanha de exportação não apenas para explorar as enormes reservas naturais do país e vender produtos agrícolas como para promover os bens manufaturados. Eles esperavam contar com a entrada de capital estrangeiro, especialmente no setor de exportação. Para incentivar seu fluxo, em agosto de 1964 foi aprovada por decurso de prazo a nova lei de remessa de lucros que regulava os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros, revogando a lei anterior de 1962, que provocara protesto dos americanos e investidores externos em geral pelo seu conteúdo restritivo.

### **2.3 Avaliação do Plano**

O êxito do PAEG se deve a um diagnóstico adequado da situação, por Campos e Bulhões, mas isso não seria suficiente. Sem dúvida, a implantação de um regime autoritário no país facilitou a ação dos ministros, o que não significa que um regime desse tipo garanta estabilidade econômica. Para poder funcionar qualquer plano de estabilização dependia de sacrifícios por parte da sociedade. Devemos lembrar ainda que o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido, graças ao

---

<sup>15</sup> Abreu, Marcelo Paiva. "A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989", pág. 218

“apoio das agências financeiras internacionais. A AID, Agência de Ajuda Externa Norte-Americana, concedeu importantes empréstimos ao Brasil durante o período de 1964/1967.”<sup>16</sup> Segundo André Lara Resende, “a AID concedeu um empréstimo de Cr\$170,7 milhões em 1966, que representava na ocasião 29% do déficit. Pela primeira vez, o déficit da União foi financiado integralmente sem recurso à emissão.”<sup>17</sup>

A introdução do mecanismo de correção monetária teve aplicação fundamental em: Títulos Públicos e Privados; Serviços de Utilidade Pública; Impostos e Empréstimos a Médio e Longo Prazo – particularmente no sistema financeiro de habitação. Representou também um caminho à indexação total da economia, de tão má memória, pois viria no futuro proporcionar a explosão da persistente inflação brasileira à índices que ultrapassaram 2.000% ao ano. Roberto Campos em 1994 declarou “com a correção monetária criei um carneiro que virou um bode.”

O lançamento da ORTN restaurou o prestígio da dívida pública federal, com a captação de recursos para a cobertura do déficit da União – de caráter não inflacionário.

A reforma do sistema tributário eliminou impostos em cascata e acabou com impostos arcaicos, sem nenhuma função econômica, possibilitando a diminuição do preço final dos produtos, favorecendo a diminuição da inflação.

A falta de infra-estrutura no recém criado BACEN determinou a manutenção do Banco do Brasil (BB) como depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais, prestador de serviços de compensação de cheques e titular da "conta-movimento" para nivelamento das reservas com o Banco Central. Acabou gerando a coexistência de duas autoridades monetárias. Dessa forma, o governo não tinha um perfeito controle da política monetária. Note-se ainda que foram acrescentadas ao Banco Central algumas funções atípicas de uma autoridade monetária como a de fomento agrícola, de comércio

---

<sup>16</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, pág. 219

exterior, habitação, levando-o ainda a tornar-se executor da política da dívida do tesouro nacional. Na verdade, a "conta-movimento" era um passivo do BB em relação ao BACEN.

O corte de subsídios e o aumento dos impostos produziram de início um impacto no custo de vida, pelo aumento das tarifas de serviços de energia elétrica, telefones, etc. e elevação do preço dos combustíveis e do pão.

Com as greves em atividades essenciais proibidas e as atividades sindicais policiadas, os sindicatos perderam o poder de barganha. A negociação salarial foi substituída por fórmulas de reajuste apresentados pelo governo, e assim os salários sofrem quedas acentuadas até o ano de 1973.

**Tabela 1: Salários**

<b>Ano</b>	<b>Salário Mínimo Real</b>	<b>Salário Médio Real</b>
<b>1964</b>	75,4	105,1
<b>1965</b>	72,4	100,0
<b>1966</b>	62,0	93,9
<b>1967</b>	58,7	90,8
<b>1968</b>	57,4	93,9
<b>1969</b>	55,2	95,9
<b>1970</b>	56,2	96,9
<b>1971</b>	53,8	100,0
<b>1972</b>	52,8	104,1
<b>1973</b>	48,4	109,2

Obs: O Índice de salário mínimo inclui o 13º salário. O índice de salário médio real corresponde à média de 18 sindicatos de São Paulo em 1957 e 1974. (FONTE: Bacha e Taylor, *Models of Growth and Distribution for Brazil*, Washington, World Bank, 1980) Todos os índices foram deflacionados pelo Índice de Custo de Vida do DIEESE.

A correção monetária abaixo da inflação e o não-recolhimento de parcelas descontadas do trabalhador resultou em prejuízos dos participantes do fundo. Em termos de emprego, não há possibilidade de avaliação. Inexistem estatísticas sobre

---

<sup>17</sup> Abreu, Marcelo Paiva. "A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989", pág. 221

desemprego na época.

Quanto a Lei do Estatuto da Terra, que permitiria a reforma Agrária, assim como outros instrumentos que se seguiram a ela, ficou em grande medida no papel.

“O programa conseguiu reduzir a taxa de inflação anual de 80%/90% em 1963/1964 para aproximadamente 25% em 1967, e o crescimento do PIB que fora de 0,6% em 1963, atingiu em 1968 a taxa de 9,8%.

Restaurou o equilíbrio financeiro com a redução do déficit federal - de 4,2% em 1963 para 1,1% em 1966 (em relação ao PIB). Inverteu a tendência deficitária do Balanço de Pagamento como fruto da política de realismo cambial, com incentivos à exportação e atração de capitais estrangeiros. Os resultados do Balanço saíram de US\$ 300.000 de atrasados comerciais em 1963 para reservas externas acima de US\$ 400.000 em 1966.”<sup>18</sup>

O PAEG - com suas modernizantes reformas - alicerçou os anos de alto crescimento econômico que se concretizariam a partir de 1968.

No dizer de Roberto Campos “a importância do PAEG reside no esforço concentrado na direção de reformas institucionais e modernização. Incorpora a maior parte das políticas básicas e enuncia a maior parte das reformas institucionais e instrumentos de ação, que vieram a constituir o *modelo brasileiro*.”

---

<sup>18</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, nº. 5

### III. O MILAGRE BRASILEIRO

#### **3.1 Situação política-social**

O chamado MILAGRE aconteceu no período 1967/1973. Politicamente está dividido entre o governo Costa e Silva (1967/1969) no qual Delfim Netto era Ministro da Fazenda e Hélio Beltrão, o Ministro do Planejamento e o governo do General Emílio G. Médici que contara com João Paulo Velloso como Ministro do Planejamento e com a continuação de Delfim Netto como Ministro da Fazenda.

O fato político marcante desta fase foi a decretação do ATO INSTITUCIONAL nº. 5 em 13 de dezembro de 1968, quando o país estava sendo governado por uma Junta Militar desde fins de agosto, pois Costa e Silva adoecera gravemente e o vice-presidente Pedro Aleixo, foi impedido de assumir, pela desconfiança dos militares em entregar o poder a um civil. Entre as drásticas medidas adotadas estavam: o fim das imunidades parlamentares, censura à imprensa, instituição da prisão perpétua e a pena de morte.

#### **3.2 Situação Econômica**

Com a mudança do governo em 1967, a nova equipe econômica, embora respeitando o diagnóstico da equipe anterior de inflação de demanda, acredita que a mesma já tenha sido enfrentada em suas causas básicas, e “estava convencida de que a

pressão sobre os preços era principalmente oriunda de área de custos (notadamente o custo de crédito)”<sup>19</sup> e a inflação corretiva.

Roberto Campos e Bulhões identificaram a inflação como o problema básico da economia. A inflação foi considerada como inflação de demanda, provocada pela expansão monetária, embora considerassem alguns elementos de pressão sobre os “custos”, particularmente os salários. Isto estaria ocasionando a estagnação da economia e o desequilíbrio externo.<sup>20</sup>

Para estes desvios da economia, as diretrizes do governo e o “Programa Estratégico de Desenvolvimento” (PED) preconizam o crescimento com controle de preços e a “queda no ritmo de aumento dos preços com taxas acentuadas de crescimento”<sup>21</sup> e aumento de oferta de emprego. Os objetivos fundamentais eram a aceleração do crescimento e a contenção da inflação, na própria definição de suas diretrizes.

“Na fase inicial, a aceleração do ritmo de desenvolvimento operar-se-á, principalmente através da melhor utilização da capacidade da expansão da quantidade e melhoria da qualidade dos fatores de produção, mediante a intensificação dos investimentos nos setores prioritários, o aperfeiçoamento dos métodos de produção e o fortalecimento dos recursos humanos.”<sup>22</sup>

O plano preconiza como estratégia o crescimento com aumento de investimentos, redução do papel no setor público – o que não ocorreu – objetivos sociais, aumento de emprego e incentivos ao comércio exterior.

A execução de política econômica contou com auxílio dado pela administração

---

<sup>19</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, pág. 235

<sup>20</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, nº.6 .

<sup>21</sup> PED

anterior que deixara saneada as finanças públicas. A política monetária tem como característica ser flexível e gradualmente expansionista. A política fiscal com incentivos fiscais e juros subsidiados, financiamento do déficit público através de lançamentos de títulos, flexível e expansionista. Manteve o nível elevado de dispêndio. Na política cambial e comércio exterior: incentivo ao aumento das exportações e minidesvalorização da moeda. “Os salários não se beneficiaram proporcionalmente do forte crescimento do produto e da produtividade no período, a massa salarial não parece ter crescido como proporção da renda interna, mantendo-se uma taxa de lucro e capacidade de investimentos elevados. É essa a tendência sugerida pelos insatisfatórios indicadores de distribuição funcional da renda urbana disponíveis e da participação dos salários no valor da transformação industrial.”<sup>23</sup> Na política de investimentos o BNDE passou a financiar o setor privado. Empréstimos do exterior permitiram o financiamento das obras de infra-estrutura.

Foi criado o Conselho Interministerial de Preços (CIP) implantando com tal medida o controle compulsório dos preços.

“A equipe de Delfim aproveitou o espaço criado pela administração anterior e utilizou os instrumentos de política econômica disponíveis para estimular abertamente o crescimento econômico. Mas todas as declarações em favor do desenvolvimento do setor privado e da livre operação do mercado contrastavam com a proliferação de incentivos, novos subsídios ou isenções específicas, que tornavam o papel do governo extremamente importante para viabilizar certas operações do setor privado. (LACL)”<sup>24</sup>

Surgiram as operações de *open market* em 1967 quando o BACEN passou a vender ORTNs com cláusulas de recompra. A política de *mercado aberto* a partir de 1970 foi facilitada pela criação das LTNs. O mercado acionário, fonte de financiamento de longo prazo, sofreu o *boom* especulativo de 1971, ocasionado por erros cometidos pela equipe econômica.

---

<sup>22</sup> PED

<sup>23</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, n.º. 6

<sup>24</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, n.º. 6

“Houve redução do déficit público, mas com grande renúncia fiscal através de incentivos fiscais”<sup>25</sup>, canalizados principalmente para a SUDENE e a SUDAM.

Houve uma proliferação de empresas federais, estaduais e municipais entre elas as *holdings* setoriais, como ELETROBRÁS, SIDERBRÁS e outras terminadas em BRÁS, tendo como fonte de financiamento os recursos externos.

“Como supridor de créditos e subsídios e demandante de bens, o Estado podia intervir ativamente em economia o que ocorreu de forma permanente entre 1967 e 1973, sem que se possa falar de um agravamento do *grau de estatização da economia*, e sim de um forte centralismo na condução da economia. Acentuava-se, porém, a dependência do setor privado dos subsídios governamentais, notadamente, no caso dos setores exportadores e agrícola, que permaneceriam um fator duradouro de expansão monetária, enquanto o esforço de investimento das estatais, ao exigir recursos externos em volume crescente, iniciava um processo de endividamento, para com o exterior que se agravaria em anos futuros.”<sup>26</sup>

As exportações tiveram uma grande expansão aproveitando o forte crescimento da economia mundial, a evolução favorável dos termos de troca e a liquidez no mercado internacional de capitais, pela acumulação de capital nos países árabes produtores de petróleo, “A Crise do Petróleo”.

**Tabela 2: Exportações em (US\$ 10<sup>6</sup>)**

1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
1.741	1.654	1.881	2.311	2.739	2.904	3.991	6.199	7.951

FONTE: Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, págs. 403 e 408

<sup>25</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, n.º. 6

<sup>26</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, n.º. 6

O crescimento econômico do período apresentou “taxas excepcionais, quer por nossas tradições históricas quer pelos padrões internacionais: 9,3% em 1968, 9,0% em 1969, 9,5% em 1970, 11,3% em 1971, 10,4% em 1972 e aproximadamente 10,0% em 1973. a inflação que em 1964 ameaçava romper a barreira dos 100% anuais, vem sendo gradualmente contida, tendo se limitada à cerca de 15% em 1972. O Balanço de Pagamento ..., tornou-se sistematicamente superavitário, com acumulação de cerca de US\$ 6 bilhões de reservas cambiais em meados de 1973. Alguns comentaristas internacionais ao examinarem estas cifras cunharam a expressão *Milagre Brasileiro*.”<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Simonsen, Mário Henrique e, Campos, Roberto de Oliveira. “A Nova Economia Brasileira”, pág. 1

## IV – METAS E BASES PARA AÇÃO DO GOVERNO

### **4.1 Estratégias do Plano**

Com a experiência adquirida pelos planos nacionais anteriores, os governantes perceberam o quanto era importante à sua imagem política imprimir sua característica pessoal e a sua visão de prioridades aos planos de desenvolvimento. Em consequência baixaram o Ato Complementar nº. 43, de janeiro de 1969, que dispõe sobre a elaboração de planos quadrienais, no primeiro ano do período presidencial.

Em setembro de 1970, o governo Médici formulou o seu “Metas e Bases para Ação do Governo” em que em sua apresentação consta:

- “Estas “Metas e Bases” não constituem novo plano global. Trata-se de documento de sentido eminentemente prático e mais voltado para a execução, definindo os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais, as realizações principais programadas e os projetos de alta prioridade nos principais setores.
- É orientação do governo evitar a linguagem das promessas. Por isso, ao anunciar os objetivos nacionais e as conquistas básicas que se buscará alcançar, apresentou-se, nos capítulos da parte I concernentes à ação de governo e nos programas setoriais das partes II e III, a programação de investimentos ... .

- Efetuou-se planejamento voltado para o aperfeiçoamento da execução dos programas governamentais, nas diferentes áreas; ..., a fim de realiza o desenvolvimento com liberdade.”<sup>28</sup>

Enumeram-se como prioridades quatro áreas:

- I) “Revolução na Educação e Aceleração do programa de Saúde e Saneamento.
- II) Revolução na Agricultura e Abastecimento.
- III) Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.
- IV) Fortalecimento do poder de competição da indústria nacional.”<sup>29</sup>

Foram definidas as seguintes áreas prioritárias: educação, saúde e saneamento, agricultura/abastecimento, desenvolvimento científico e tecnológico, indústrias básicas, mineração, energia elétrica, petróleo, rodovias, navegação, comunicações, habitação, trabalho e previdência, incentivos fiscais e regionais, transferências da União para estados e municípios.

Em cada área prioritária foram estabelecidas metas estratégicas setoriais a serem atingidas.

O plano estabelece que seus princípios seriam complementados pelo I PND para vigência do período de 1972/1974.

---

<sup>28</sup> Metas e Bases para a Ação do Governo, da Presidência da República em 1970.

<sup>29</sup> Simonsen, Mário Henrique e, Campos, Roberto de Oliveira. “A Nova Economia Brasileira”, pág. 68

## V – I PND (PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO)

### 5.1 Estratégias

Ao lançar as “Metas e Bases para Ação do Governo” em 1970, o governo já asseverava em sua apresentação que o mesmo não constituía um novo plano global e que seus princípios seriam complementados pelo I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Desse modo o I PND é visto como um prolongamento no tempo das “Metas e Bases para Ação do Governo” publicado em dezembro de 1971. Reafirma a linha de continuidade revolucionária quando diz, textualmente, que o primeiro governo da Revolução fez a reconstrução, o segundo a expansão e o atual consolidaria a expansão econômica. Almejava “no período de uma geração, transformar o Brasil em uma nação desenvolvida”<sup>30</sup>. Ao estabelecer o montante de US\$ 500 de renda per capita para 1974, visava que o país ocupasse a oitava economia do mundo – era o Brasil potência. Previa ainda duplicar até 1980 a renda per capita em comparação a 1969; elevar o crescimento anual do PIB, entre 8% e 10% até 1974; em 1977 estabilizar a taxa de inflação em torno de 10% ao ano; elevar a taxa de investimento bruto fixo de 17% em 1970 para 19% em 1974; estabelecer uma política econômica externa para: diversificar as exportações, acelerar a transferência de tecnologia e conquistar o mercado externo.

Politicamente foi o período de maior *repressão*. O AI-5 eliminava as atividades político-sociais. Os sindicatos foram neutralizados. O emprego deveria crescer a uma taxa média de 3,1% entre 1970 e 1974. Como o aumento da população era de 2,8%

permitiria a redução do nível de desemprego. Previam incentivos para que o empregador pudesse utilizar com vantagem o fator trabalho. No entanto, não ficou visível, nos anos seguintes, qualquer medida neste sentido.

A partir de 1970, o CDI passou a ser o principal agente pelo exame de benefícios às empresas particulares e as principais beneficiadas foram às indústrias químicas, metalúrgica, produtos minerais não metálicos, cimento, celulose e papel.

“Em 1971 a indústria estaria com um índice de utilização de 93%, alcançando nos dois anos seguintes a *plena capacidade*”<sup>31</sup> Com isto cresceu a importância do setor de “bens de capital.” “... a demanda de máquinas e equipamentos ..., não podia ser atendida ..., dada a situação da indústria de bens de capital. Apesar da entrada significativa de novas empresas, notadamente de empresas multinacionais, foram necessárias importações crescentes de bens de capital.”<sup>32</sup>

No período 1972/1973, o Brasil obteve US\$ 4 milhões de financiamento, que em grande parte subsidiaram as exportações.<sup>33</sup>

A taxa de juros mundial era baixa, mas no Brasil era alta. As empresas de grande porte conseguiram empréstimos no exterior, fugindo assim dos juros nacionais.

O governo aproveita-se do Milagre Econômico para tentar legitimar o regime. Ficou célebre a frase de Delfim “temos que fazer o bolo crescer para dividir”, é dele também a crítica a forma de combate à inflação por parte de Campos e Bulhões. (anotações em sala de aula de Economia Brasileira II, 06/04/2001)

---

<sup>30</sup> I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). República Federativa do Brasil, pág. 14

<sup>31</sup> Kon, Anita. “Planejamento no Brasil II”, pág. 50

<sup>32</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989” pág 244 segundo Lago, Almeida e Lima, 1979, pág. 204

<sup>33</sup> Anotações em sala de aula de Economia Brasileira II, em 06/04/2001

O governo controla o capital e investe maciçamente na criação e modernização das empresas estatais, abarcando numerosos setores da economia, o que batia de frente com os interesses dos grandes grupos nacionais, notadamente o Votorantin e o Gerdau (anotações em aula de Economia Brasileira II, 06/04/2001), pela concorrência desleal (diziam eles), como também pela reserva de mercado - caso das refinarias de petróleo.

A estratégia de integração nacional, prevista no I PND, deveria proporcionar a expansão acelerada e auto-sustentada da economia, com a ampliação do mercado externo mediante o desenvolvimento do Nordeste, Sul, Planalto Central e Amazônia. Para o caso do Nordeste e da Amazônia direcionando os incentivos fiscais para estas regiões. Para o Sul e o Planalto Central seriam utilizados financiamentos oficiais e investimentos diretos.

Ainda consta no I PND que o Nordeste seria fisicamente integrado a Amazônia mediante a construção da *Transamazônica* e o Planalto Central ao Centro Sul pela Rodovia Cuiabá-Santarém. A ocupação destas áreas seriam incentivadas por meio de “projetos de colonização” ao longo das estradas, com a participação da população do Nordeste.

## **5.2 Primeiro Choque do Petróleo**

Os países árabes, em 1973, responsáveis pela maior parte da produção de petróleo, se reuniram na Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP - e decidiram aumentar os preços do produto. A principal fonte de energia do mundo tornou-se cara e gerou uma crise mundial. “A quadruplicação (de US\$ 2,5 para US\$ 10) do preço do petróleo no final de 1973, além de ter sido a primeira exibição de força política e econômica do cartel da OPEP, foi um movimento de preços perfeitamente em linha com os fenômenos básicos do mercado de petróleo. Como principal matéria-prima do mundo industrializado, o descompasso entre o crescimento de sua demanda e os investimentos, seja em fontes alternativas de suprimentos energéticos, seja em novos campos de produção de óleo bruto, teria fatalmente de refletir-se, cedo ou tarde nos

preços.”<sup>34</sup> Todo o planeta foi afetado pela mudança. Quando o choque do petróleo já havia transferido cerca de 2% do PIB mundial dos países importadores para os países exportadores de petróleo, Simonsen, com sua expressão “Brasil, Ilha de Prosperidade”, demonstrou a falta de consciência das restrições externas, da equipe governamental<sup>35</sup>. Os países importadores de petróleo precisaram encontrar fórmulas para economizar combustível. O governo começou a investir em pesquisas para fontes alternativas. “O Brasil passou a enfrentar graves dificuldades, pois na época importava aproximadamente 70% do petróleo consumido”<sup>36</sup> e com a indústria automobilística em expansão.

Grande parte da economia mundial entrou em recessão a partir de 1974, da qual só saiu 16 meses depois<sup>37</sup>. Como consequência o comércio internacional se contraiu e os preços das exportações brasileiras despencaram. O ritmo de expansão da economia diminuiu, porém ao contrário da tendência de recessão mundial, a economia ainda crescia por conta dos investimentos necessários a execução do I PND. O valor das importações de petróleo subiu de US\$ 600 milhões para US\$ 2,5 bilhões entre 73 e 74<sup>38</sup>.

O aumento do preço do petróleo, a elevação dos juros internacionais e dos preços de outras matérias primas, aumentaram o déficit do Balanço de Pagamento.

**Tabela 3: Importação de petróleo bruto e derivados (US\$ milhões)**

1972	1973	1974	1975
469,4	769,4	2.840,1	3.073,3

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil, *Conjuntura Econômica*, de nov/98

<sup>34</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, pág. 296

<sup>35</sup> Nota de Aula de Economia Brasileira II, Aula n°. 7

<sup>36</sup> Paloso, em “A História do Pró-Álcool”, retirado de um site da Internet

<sup>37</sup> Dados retirados do Jornal “O Globo”, Panorâmico Econômico de 21/11/2001

<sup>38</sup> Dados retirados de um site da Rede Globo

**Tabela 4: Importações (em US\$ milhões)**

<b>Importação de:</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>
Bens de Consumo	463,0	720,0	973,0
Matérias-Primas	1.565,0	2.560,0	5.588,0
Combustíveis e Lubrificantes	469,0	769,0	2.962,0
Bens de Capital	1.734,0	2.142,0	3.119,0
<b>Importações Totais</b>	<b>4.232,0</b>	<b>6.192,0</b>	<b>12.641,0</b>
<b>Exportações Totais</b>	<b>3.991,0</b>	<b>6.199,0</b>	<b>7.951,0</b>

FONTE: Banco Central do Brasil, Boletim Mensal, separata de agosto de 1984

Por causa da contração do comércio internacional, o valor das importações aumentaram e o valor das exportações caiu. No final de 1974 com a desaceleração do crescimento, o aumento da inflação e o déficit do Balanço de Pagamento, a política econômica optou pela manutenção do crescimento com endividamento externo. Esse caminho tornou-se viável pela liquidez internacional em virtude dos países da OPEP terem acumulado dólares em seus superávits resultantes da venda do óleo. Optando pelo endividamento em petrodólares, a economia brasileira continuou importando petróleo e matérias primas para manter o crescimento, sem repassar os aumentos de preço destas importações aos preços domésticos<sup>39</sup>.

Os juros da dívida externa subiram demais e as exportações brasileiras caíram. Era o fim do "**milagre**".

### **5.3 Considerações Finais**

Conforme Anita Kon, uma avaliação sumária das principais metas estabelecidas pelo I PND revela que:

<sup>39</sup> Abreu, Marcelo Paiva. "A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989", página 316

- O objetivo de incremento do PIB em 1972/1974 entre 8% e 10% foi plenamente atingido, chegando a alcançar 14% em 1973.
- As previsões relacionadas à renda per capita também foram superadas.
- O aumento de 26% previsto no plano até 1974 foi superada chegando próximo de 60%.
- A taxa média de crescimento do setor industrial de 12,4% foi superior a prevista de 10%.
- A agricultura não conseguiu atingir as metas de crescimento.
- Durante o período tanto as exportações como as importações estiveram acima das metas estabelecidas.
- “A constituição de um sistema de financiamento de longo prazo no mercado privado não se concretizou”.<sup>40</sup>
- O ambicioso projeto de integração nacional e a expansão de fronteira agrícola e a integração social não se realizam no período que abrange o plano.

---

<sup>40</sup> Kon, Anita. “Planejamento no Brasil II”, pág. 64

## VI – II PND (PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO)

### **6.1 Situação político-social**

O General de Exército Ernesto Geisel foi indicado pelos militares no segundo semestre de 1973, depois eleito em janeiro de 1974, assumiu a presidência da república em março de 1974. Na formação do Ministério empossou Mário Henrique Simonsen na Fazenda e manteve João Paulo dos Reis Velloso no Planejamento. O novo presidente fora muito ligado ao General Castelo Branco, que emprestou seu nome ao grupo político que o acompanhou ao governo, com idéias opostas ao chamado grupo da “linha dura”, ao qual pertenceram os últimos presidentes, Geisel mesmo antes de sua eleição, já pensava na perspectiva da redemocratização do país. Ele inicia a abertura política, que no seu dizer seria “lenta, gradual e segura”, em desacordo com a “linha dura”. Os partidos da oposição conquistam expressivas vitórias nas eleições de 1974.

### **6.2 Situação econômica**

Os desequilíbrios do notável crescimento da economia brasileira, ficam transparentes; a piora na distribuição de renda, o declínio na disponibilidade de alimentos “per capita”, o descompasso na expansão entre as indústrias de bens de capital (18,1%)\*<sup>41</sup> e o setor de bens de consumo duráveis (23,6%)\*<sup>42</sup>. O saldo da Balança Comercial passa a ser deficitária.

No cenário internacional com o rompimento dos acordos de Bretton Woods - o

---

<sup>41</sup> \*Dados retirados do livro de Kon, Anita. “Planejamento no Brasil II”, pág. 64

<sup>42</sup> \*Dados retirados do livro de Kon, Anita. “Planejamento no Brasil II”, pág. 64

fim da conversibilidade do dólar em ouro - o mercado financeiro fica sem rumo e a instabilidade tomou conta do mercado. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) reajusta para o alto o preço do petróleo, ocasionando o chamado “primeiro choque do petróleo”. Os preços da maior fonte de energia do mundo quadruplicou, o Brasil no meio, o que de acordo com Anita, ocasionou uma enorme transferência de recursos dos países consumidores para os produtores de petróleo, a elevação de custos e preços e em consequência um descompasso nos Balanço de Pagamento na maioria dos países.

A consequência direta do choque do petróleo e a instabilidade foi a inflação que por sua vez provocou uma recessão mundial. Como reflexo no Brasil há uma diminuição das exportações e o natural agravamento das dificuldades na Balança de Pagamento.

Em função dos petrodólares e da retração dos investimentos aumenta a liquidez mundial.

O II PND considerou o quadro econômico, por ocasião da sua feitura, como prova as considerações explicitadas no encaminhamento do plano ao Congresso Nacional, quando diz: “A tarefa de planejamento nos dias de hoje tornou-se extraordinariamente árdua e difícil, em face das grandes perplexidades de um mundo que ainda não soube se refazer do complexo de crises que o assaltaram ao mesmo tempo, quase que inopinadamente: crise no sistema monetário internacional, crise de energia e de matérias-primas essenciais, crise no comércio exterior, deteriorando os Balanço de Pagamento ...”<sup>43</sup>

O II PND reafirma a opção pelo crescimento. O quadro da crise, pela óptica do governo “continha elementos que proporcionariam boas oportunidades para o país. Não se acreditava em sua duração prolongada; nas palavras do presidente as dificuldades

---

<sup>43</sup> II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil, págs. 2-3

acrescidas seriam transitórias e certamente superiores.”<sup>44</sup>

Preconiza avançar na industrialização para substituição das importações. O próprio presidente, em sua mensagem, considera uma “tarefa ambiciosa” o seu objetivo de “superar a distância que nos separa do pleno de desenvolvimento”. O plano pretendia atingir: em 1979, a renda per capita de US\$ 1.000, o que representaria o dobro do seu valor no espaço de 10 anos, e em 1977 um PIB de US\$ 10 bilhões, o que situaria o Brasil na oitava economia do mundo ocidental.

**Tabela 5: Metas de Crescimento do II PND**

Variável	Previsão para 1974	Indicador para 1979	Crescimento Total (%)	Crescimento Anual (%)
<b>PIB</b> (Cr\$ bilhões de 1975)	785,0	1.264,0	61,0	10,0
<b>PIB per capita</b> (US\$ de 1973)	748,0	1.044,0	40,0	7,0
<b>Investimento Bruto Fixo</b> (Cr\$ bilhões de 1975)	196,0	316,0	61,0	10,0
<b>Produto Industrial</b> (Cr\$ bilhões de 1975)	212,0	374,0	76,0	12,0
<b>Prod. Ind. de transformação</b> (Cr\$ bilhões de 1975)	154,0	274,0	78,0	12,2,0
<b>Produto Agrícola</b>	93,0	130,0	40,0	7,0

<sup>44</sup> Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, pág. 71

<b>(Cr\$ bilhões de 1975)</b>				
<b>Exportações de Mercadorias (US\$ bilhões)</b>	8,0	20,0	150,0	20,0

FONTE: II PND (1974), Vermulm (1985).

No plano constam, ainda, que a contenção da inflação seria realizada de forma gradualista e admite que não existia mais capacidade ociosa na economia e que, portanto, seria forçoso investir para manter o crescimento do PIB, não só apoiando o setor privado e principalmente em investimentos diretos. Preconiza para as exportações crescimento de 20% ao ano, o que se tornou inviável. De fato, o crescimento das exportações seria importante para a solução dos problemas do Balanço de Pagamento.

“Admite o crescimento do mercado de consumo de massas como principal variável de crescimento da economia, o que é compatível com o discurso redistributivo que existe no plano.”<sup>45</sup>

O plano enfatiza os processos de modernização e ganhos de produtividade da indústria, o que torna importante a disponibilidade do capital estrangeiro. Para que tais objetivos sejam atingidos preconiza: a criação de grandes empresas por meio de incorporações e fusões, notadamente na indústria, infra-estrutura e comercialização; para o sistema financeiro a formação de conglomerados industriais-financeiros.

As empresas estatais atuariam em áreas onde o setor privado não queria ou não poderia investir. Para isto previa um volume de capital bem significativo para investimento.

O problema da concentração de renda é enfrentado “com objetividade as disparidades flagrantes da distribuição de renda”<sup>46</sup>, e logo adiante esclarece a estratégia adotada no plano da seguinte maneira “decisão de não adiar, para quando o país for rico, a melhoria de distribuição de renda e abertura de oportunidade para todas as classes,

<sup>45</sup> Kon, Anita. “Planejamento no Brasil II”, pág. 74

<sup>46</sup> II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil, págs. 5-6

realizando-se simultaneamente com a determinação de manter o crescimento acelerado”<sup>47</sup>.

Sobre o aumento da renda per capita o plano afirma que “abrem-se, com tais resultados, amplas perspectivas para o aumento da renda da classe média e trabalhadora, seja pelo próprio efeito do programa econômico, seja pela *ação da política social do governo*”<sup>48</sup>.

Fazem parte também do planejamento: a desconcentração industrial, controle da poluição, execução da Reforma Agrária, ocupação de novas áreas e estratégia social para o setor rural.

Na parte fiscal, o plano apresenta diretrizes para: controle de taxas de juros, créditos subsidiados, incentivos fiscais, isenção de impostos de importação para futuras exportações e crédito do IPI sobre a compra de equipamentos.

Na parte referente à política externa o plano apresenta determinações e orientações para: desvalorização do câmbio e aumento dos incentivos para exportações.

Para garantir a rentabilidade de setores importantes planejou o controle de preços.

### **6.3 Segundo Choque do Petróleo**

No final de 1979 o preço do barril do petróleo voltou a aumentar. A nova alta faria o valor das importações de combustíveis líquidos saltar de um patamar de US\$ 4

---

<sup>47</sup> II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil, pág. 48

<sup>48</sup> II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil, pág. 16

bilhões para valores aproximados de US\$ 10 bilhões entre 1980 e 1982<sup>49</sup>, valores que poderiam ter sido muito mais elevados se já não existisse o Pró-Álcool e a produção de carros com motor a álcool. Novamente o mundo entra em recessão, por mais de 16 meses. As principais taxas de juros internacionais também se elevaram. Isto aumentou o valor das importações e os juros da dívida externa.

O governo foi obrigado a retirar os subsídios aos exportadores para reduzir o seu gasto. Para compensar o déficit da Balança Comercial a taxa de câmbio foi fortemente desvalorizada. Por causa da desvalorização cambial aumentou o valor das importações do petróleo ficaram mais caras, contribuindo para o aumento da inflação. A partir do segundo semestre de 1980, o governo passou a controlar a oferta de moeda visando reduzir a demanda agregada.

**Tabela 6: Taxas Juros, Taxa de Câmbio e Balança Comercial**

<b>Ano</b>	<b>Taxas de Juros nos EUA (%)</b>	<b>Taxa de Câmbio Oficial (moeda nac./US\$)</b>	<b>Balança Comercial (US\$ 10<sup>6</sup>)</b>
<b>1970</b>	7,7	4,6	232,0
<b>1971</b>	5,3	5,3	-341,0
<b>1972</b>	5,2	5,9	-244,0
<b>1973</b>	8,2	6,1	7,0
<b>1974</b>	9,9	6,8	-4690,3
<b>1975</b>	6,3	8,1	-3540,4
<b>1976</b>	5,4	10,7	-2254,7
<b>1977</b>	5,6	14,1	97,1
<b>1978</b>	8,0	18,1	-1024,4
<b>1979</b>	10,9	26,9	-2838,7
<b>1980</b>	12,3	52,7	-2822,8
<b>1981</b>	14,8	93,1	1202,4

FONTE: Abreu, Marcelo Paiva. " A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989" , págs. 408 e 411

<sup>49</sup> Castro, Antonio Barros de, e Souza, Francisco Eduardo Pires de. "A Economia Brasileira em Marcha Forçada", pág. 48

Em 1979, com o aumento do preço do petróleo, que passou para US\$ 34 o barril, alavancou-se o Pró-Álcool. O governo investiu muito na área, com empréstimo e subsídios aos fazendeiros e às usinas produtoras, garantindo um ótimo retorno. Conseguiram fabricar o álcool a US\$ 34 o barril. “O governo fez alguns acordos com as montadoras promovendo descontos de impostos sobre os veículos fabricados para consumir álcool e baixando os preços em relação aos carros à gasolina para o consumidor final. O negócio era tão bom financeiramente para os fazendeiros que muitos começaram a plantar cana em suas fazendas, o que desestruturou a agricultura, obrigando o Brasil a importar alguns produtos alimentícios que foram substituídos pela cana”<sup>50</sup>.

**Tabela 7: Importação de petróleo bruto e derivados (US\$ milhões)**

1974*	1975*	1976*	1977**	1978**	1979**	1980**
2.840,1	3.073,3	3.846,1	3.814,0	4.196,0	6.403,0	9.405,0

FONTE: \*Boletim do Banco Central do Brasil, *Conjuntura Econômica*, de nov/98

\*\* CIEF – MF, *Conjuntura Econômica*, 1983

**Tabela 8: Estatísticas Monetárias**

Ano	Papel Moeda em Poder do Público	Depósitos à Vista	Meios de Pagamentos	Base Monetária
1970	24,7	26,1	25,8	16,9
1971	27,3	33,6	32,3	36,3
1972	35,0	39,1	38,3	18,5
1973	42,3	48,1	47,0	47,1
1974	26,7	35,0	33,5	32,9
1975	49,1	41,4	42,8	36,4
1976	48,9	34,6	37,2	49,8
1977	41,2	36,6	37,5	50,7
1978	44,3	41,7	42,2	44,9
1979	77,9	72,5	73,6	84,4
1980	73,8	69,3	70,2	56,9
1981	80,0	89,1	87,2	69,9

FONTE: Abreu, Marcelo Paiva. “ A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989” , pág. 412

<sup>50</sup> Paloso, em “História do Pró-Álcool”, retirado de um site da Internet

#### 6.4 *Apreciações finais*

A ênfase do II PND sobre o problema energético era evidente, pois propunha o avanço na pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidroelétricas. A opção pelo crescimento em 1974, representou uma decisão baseada em avaliações tanto econômicas, como políticas. O segundo plano incentivou a grande empresa privada a investir na produção de bens de capital. A nova política colocava no cenário da industrialização brasileira a grande empresa estatal. As dúvidas de alguns empresários sobre o rumo da política econômica, deram origem a uma campanha contra o excessivo intervencionismo do Estado.

A partir do segundo plano alguns ganhos importantes foram alcançados na substituição de importações, especialmente no petróleo. Como na época inexistia capacidade ociosa das empresas, para continuar crescendo, seria necessário ampliar o investimento, contando com novos e maiores recursos externos, pois a poupança interna era insuficiente. Esses recursos não faltaram. Eles entraram no país principalmente sob a forma de empréstimos. Daí resultou o aumento da dívida externa, tanto pública como privada. O país passou a arcar com compromissos cada vez mais pesados, correspondentes ao serviço da dívida.

**Tabela 9: Inflação, PIB e Dívida Externa**

<b>Ano</b>	<b>Inflação no Brasil (%)*</b>	<b>PIB **</b>	<b>Dívida Externa Total (US\$ 10<sup>6</sup>) **</b>
<b>1974</b>	34,5	9,0	17.165,70
<b>1975</b>	29,2	5,2	21.171,40
<b>1976</b>	46,4	9,8	25.985,4
<b>1977</b>	38,8	4,6	32.037,20

<b>1978</b>	40,8	4,8	43.510,70
-------------	------	-----	-----------

FONTES: \* Fundação Getúlio Vargas, *Conjuntura Econômica*. (1) Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna.

\*\* Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”, págs. 408 e 410

Se olharmos os números brutos, o período de Geisel apresentou resultados satisfatórios. O PIB cresceu na média anual em 6,7% ao ano entre 1974 e 1978. A inflação subiu em média 37,9% ao ano, no mesmo período.

A dívida externa crescia sem que fosse possível encontrar outra saída para seu serviço, além da obtenção de novos empréstimos. A indexação anual dos salários contribuía para agravar o descontentamento dos assalariados.

**Tabela 10: Índice de Salário Mínimo e Médio**

<b>Ano</b>	<b>Salário Mínimo Real</b>	<b>Salário Médio Real</b>
<b>1974</b>	44,4	109,2
<b>1975</b>	46,4	117,8
<b>1976</b>	46,1	123,3
<b>1977</b>	48	131,6
<b>1978</b>	49,5	142,7
<b>1979</b>	50,8	149,3

Obs: O Índice de salário mínimo inclui o 13º salário. O índice de salário médio real corresponde à média de 18 sindicatos de São Paulo em 1957 e 1974. (FONTE: Bacha e Taylor, *Models of Growth and Distribution for Brazil*, Washington, World Bank, 1980) Todos os índices foram deflacionados pelo Índice de Custo de Vida do DIEESE.

## VII. CONCLUSÃO

### **7.1 *Apreciações finais***

No fim da década de 50, a economia brasileira em determinado momento passou de uma produção primitiva, baseado no modelo agrário exportador – o café representava em torno de 60% do valor das exportações – para uma economia voltada, particularmente, para o desenvolvimento industrial, graças ao governo de JK, que com seu “Plano de Metas”, proporcionou o desenvolvimento do parque industrial, principalmente as indústrias de base e a de “bens de capital”. Datam desta época a instalação da indústria automobilística (multinacionais) e a construção naval (estrangeiros e brasileiros), de material elétrico pesado e a expansão do parque siderúrgico. A construção de Brasília, no meio. Este desenvolvimento provocou nos últimos anos da década um desequilíbrio no Balanço de Pagamento e o aumento da dívida externa, que em 1960 foi de US\$410 milhões e US\$ 2372 bilhões, respectivamente, o que representava um aumento aproximadamente de 5 vezes e 4 vezes os montantes de 1950.

O governo Jânio Quadros (1961) e o governo de João Goulart (1961/1964), com maneiras diferentes, tentaram mas não conseguiram resolver o problema da dívida externa, agravado com o índice de inflação de 49,4% para 1962, 72,8% em 1963.

O governo militar que assumiu o poder em 1964, com a intenção de estabilizar a economia promulga o PAEG, que conseguiu reequilibrar a economia em 1967, com a contenção de despesas, atração do capital estrangeiro, incentivo a poupança pessoal e nova lei salarial entre outros. Contou com o alto grau de capacidade ociosa da produção.

A contenção de despesas e do incentivo a poupança pessoal provocaram a retração do consumo e em consequência a redução dos investimentos.

O PED, em 1968, tem o objetivo de retomar o crescimento, liberando o crédito, incentivando os investimentos, subsidiando as empresas exportadoras. O setor que mais cresceu foi o de bens de consumo duráveis, encabeçado pelo setor automobilístico.

Foi a época do Milagre Econômico. Com um aumento acelerado do PIB criou um desequilíbrio entre os setores da economia, ocasionando uma deficiência de matérias-primas e insumos básicos, que obrigou a importá-los para suprir suas faltas. Na mesma ocasião ocorreu o Primeiro Choque do Petróleo, elevando o seu preço e com isto um grande déficit na Balança Comercial.

Para reequilibrar as contas externas o governo teria duas opções; promover a recessão geral ou pelo crescimento. Com o II PND priorizou o investimento no setor de bens de capital para substituição dos bens importados. A título de subsídio, o BNDE ofereceu linhas de financiamento com juros bem abaixo do mercado. Permitiu que a estrutura industrial fosse mais integrada. O capital necessário era captado por empréstimos no exterior. Atraiu, também, com incentivos, o capital internacional para se instalar no país. Em 1979 ocorre o Segundo Choque do Petróleo e a alta dos juros no mercado externo, motivando um novo ajuste econômico, a redução dos investimentos, o aumento da dívida externa e o aumento da inflação.

É indiscutível os avanços conseguidos em quase todos os campos de atividade nas décadas de 60 e 70. Os diferentes índices demonstram, sobejamente, a razão de até então, um país desconhecido até 1958, e que somente a expressão “*café do Brasil*” corria o mundo, alardeando que em alguma parte existia um “lugar” chamado Brasil, estar colocado entre os 10 maiores economias do mundo. Esta ascensão não foi conseguida de graça nem caiu do céu – como diz o dito popular.

**Tabela 11: PIB, Produto Industrial, Produto Agrícola, Exportações**

Taxas de variação em relação ao ano anterior a menos que se especifique de outra forma

<b>Ano</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>Produto Industrial</b>	<b>Produto Agrícola</b>	<b>Exportações (US\$ 10<sup>6</sup>)</b>
1959	9,8	12,9	5,3	1.282,0
1960	9,4	10,6	4,9	1270,0
1961	8,6	11,1	7,6	1405,0
1962	6,6	8,1	5,5	1215,0
1963	0,6	-0,2	1,0	1406,0
1964	3,4	5,0	1,3	1430,0
1965	2,4	-4,7	12,1	1596,0
1966	6,7	11,7	-1,7	1741,0
1967	4,2	2,2	5,7	1654,0
1968	9,8	14,2	1,4	1881,0
1969	9,5	11,2	6,0	2311,0
1970	10,4	11,9	5,6	2739,0
1971	11,3	11,9	10,2	2904,0
1972	12,1	14,0	4,0	3991,0
1973	14,0	16,6	0,0	6199,2
1974	9,0	7,8	1,0	7951,0
1975	5,2	3,8	7,2	8669,9
1976	9,8	12,1	2,4	10128,3
1977	4,6	2,3	12,1	12120,1
1978	4,8	6,1	-3,0	12658,9
1979	7,2	6,9	4,9	15244,4
1980	9,1	9,1	9,6	20132,4
1981	-3,1	-10,4	8,2	23293,0

FONTE: "Abreu, Marcelo Paiva. "A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989", págs. 403 e 408

**Tabela 12: Brasil: Distribuição da renda da população economicamente ativa com rendimento não nulo, 1960-1980.**

<b>%</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>20-</b>	3,5	3,2	3,2
<b>20</b>	8,1	6,8	6,6
<b>20</b>	13,8	10,8	9,9
<b>20</b>	20,2	17,0	17,1
<b>20+</b>	54,4	62,2	63,2
<b>10+</b>	39,7	47,8	47,8
<b>1+</b>	12,1	14,8	18,2
<b>Índice de Gini</b>		0,568	0,590

FONTES: Censo demográficos, a partir de Langoni (1973).  
Bonelli e Malan (1984).

## **7.2 Tabelas**

**Tabela 13: Importações, Balança Comercial, Amortizações, Superávit ou Déficit no**

## Balanço de Pagamentos

Taxas de variação em relação ao ano anterior a menos que se especifique de outra forma

Ano	Importações (US\$ 10 <sup>6</sup> )	Balança Comercial (US\$ 10 <sup>6</sup> )	Amortizações	Superávit ou Déficit no Balanço de Pagamentos (US\$ 10 <sup>6</sup> )
1959	1210,0	72,0	-377,0	-154,0
1960	1293,0	-23,0	-417,0	-410,0
1961	1292,0	113,0	-327,0	115,0
1962	1304,0	89,0	-310,0	-346,0
1963	1294,0	112,0	-364,0	-244,0
1964	1086,0	344,0	-277,0	4,0
1965	941,0	655,0	-304,0	331,0
1966	1303,0	438,0	-350,0	153,0
1967	1441,0	213,0	-444,0	-245,0
1968	1855,0	26,0	-484,0	32,0
1969	1933,0	378,0	-493,0	549,0
1970	2507,0	232,0	-672,0	545,0
1971	3245,0	-341,0	-850,0	530,0
1972	4235,0	-244,0	-1202,0	3492,0
1973	6192,2	7,0	-1672,5	2178,6
1974	12641,3	-4690,0	-1920,2	-936,3
1975	12210,3	-3540,4	-2171,1	-950,0
1976	12383,0	-2254,7	-2986,9	1191,7
1977	12023,0	97,1	-4060,4	630,0
1978	13683,1	-1024,2	-5323,5	4262,4
1979	18083,1	-2838,7	-6384,7	-3214,9
1980	22955,2	-2822,8	-5010,3	-3471,6
1981	22090,6	1202,4	-6241,6	624,7

FONTE: "Abreu, Marcelo Paiva. "A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989", págs. 403, 404, 408 e 409

**Tabela 14: Dívida Externa Registrada Total, Dívida Externa Consolidada, Preços**

## de Importações e Preços de Exportações

Taxas de variação em relação ao ano anterior a menos que se especifique de outra forma

Ano	Dívida Externa Registrada Total (US\$ 10 <sup>6</sup> )	Dívida Externa Consolidada (US\$ 10 <sup>6</sup> )	Preços de Importações (US\$)	Preços de Exportações (US\$)
1959	2234,0	136,0	-8,8	-12,1
1960	2372,0	120,0	8,1	1,7
1961	2835,0	102,0	4,8	4,4
1962	3005,0	92,0	-0,1	-6,5
1963	3089,0	82,0	2,2	1,1
1964	3160,0	77,0	-3,2	18,5
1965	3927,0	72,0	0,4	1,5
1966	4545,0	68,0	4,1	-4,2
1967	3281,0	63,0	1,9	-0,4
1968	3780,0	59,0	4,3	-0,9
1969	4403,0	16,1	2,9	7,9
1970	5295,2	15,0	4,6	15,0
1971	6621,6	13,9	6,5	-0,4
1972	9521,0	12,2	6,1	7,0
1973	12571,5	10,4	21,7	35,1
1974	17.165,7	9,4	50,5	25,3
1975	21171,4	7,3	1,3	-1,2
1976	25985,4	5,4	3,4	15,9
1977	32037,2	4,7	5,3	19,0
1978	43510,7	4,7	8,4	-7,4
1979	49904,2	4,5	19,9	11,4
1980	53847,5	4,2	28,1	5,9
1981	61410,8	3,2	11,0	-5,6

FONTE: "Abreu, Marcelo Paiva. "A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989", págs. 404,405, 409 e 410

**Tabela 15: Estatísticas monetárias**

**Taxas de variação em relação ao ano anterior a menos que se especifique de outra forma**

<b>Ano</b>	<b>Papel Moeda em poder do público</b>	<b>Depósitos à vista</b>	<b>Meios de Pagamentos</b>	<b>Base Monetária</b>
1959	27,5	49,6	42,9	38,7
1960	33,2	40,8	38,8	40,2
1961	51,2	52,9	52,5	60,4
1962	55,1	67,2	64,1	64,4
1963	72,3	62,2	64,6	70,1
1964	69	85,9	81,6	78,5
1965	49,7	88,8	79,5	72,7
1966	35,4	8,5	13,8	23,1
1967	25,7	51,9	45,7	30,8
1968	38,6	39,1	39	42
1969	32,1	32,6	32,5	28,7
1970	24,7	26,1	25,8	16,9
1971	27,3	33,6	32,3	36,3
1972	35	39,1	38,3	18,5
1973	42,3	48,1	47	47,1
1974	26,7	35	33,5	32,9
1975	40,1	41,4	42,8	36,4
1976	48,9	34,6	37,2	49,8
1977	41,2	36,6	37,5	50,7
1978	44,3	41,7	42,2	44,9
1979	77,9	72,5	73,6	84,4
1980	73,8	69,3	70,2	56,9
1981	80,0	89,1	87,2	69,9

FONTE: "Abreu, Marcelo Paiva. "A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989", págs. 407 e 411

**Tabela 16: Taxas de Juros, Preços ao Consumidor, Dívida Interna Federal e**

## Salário Mínimo

Taxas de variação em relação ao ano anterior a menos que se especifique de outra forma

Ano	Taxas de Juros nos EUA (%)	Preços ao Consumidor Rio de Janeiro	Dívida Interna Federal (% PIB)	Salário Mínimo Real
1959	4,0	39,2	0,5	-12,7
1960	3,9	29,5	0,4	19,4
1961	3,0	33,2	0,3	-14,7
1962	3,3	49,4	0,4	7,2
1963	3,6	72,8	0,4	7,0
1964	4,0	91,8	0,6	7,6
1965	4,4	65,7	0,4	2,3
1966	5,6	41,3	1,8	7,5
1967	5,1	30,4	3,8	4,3
1968	5,9	22,0	3,3	0,9
1969	7,8	22,6	3,2	2,7
1970	7,7	22,3	4,4	1,8
1971	5,3	20,2	5,9	-0,9
1972	5,2	16,6	7,5	-2,7
1973	8,2	12,7	4,3	-3,4
1974	9,9	27,6	4,6	5,4
1975	6,3	29,0	6,0	-5,1
1976	5,4	41,9	9,4	1,7
1977	5,6	43,6	9,7	-0,9
1978	8,0	38,8	9,9	-1,7
1979	10,9	52,7	8,6	-17
1980	12,3	82,8	6,7	2,5
1981	14,8	105,6	12,6	-1,9

FONTE: "Abreu, Marcelo Paiva. "A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989", págs. 406, 407, 411 e 412.

Bibliografia:

- Kon, Anita. “Planejamento no Brasil II”, Ed. Perspectiva. São Paulo, 1999.
- Pereira, Luiz C. Bresser. “Economia Brasileira, uma introdução crítica”. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1982.
- I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). República Federativa do Brasil.
- II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil.
- Metas e Bases para a Ação do Governo, da Presidência da República em 1970.
- Abreu, Marcelo Paiva. “A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1990.
- De Castro, Antonio Barros, e de Souza, Francisco Eduardo Pires. “A Economia Brasileira em Marcha Forçada”. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1985.
- Simonsen, Mário Henrique e, Campos, Roberto de Oliveira. “A Nova Economia Brasileira”. Livraria José Olympio Editora S.A.. Rio de Janeiro, 1976.
- Baer, Werner. “A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil”. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1975.
- Programa de Ação Econômica do Governo 1964/1966 (síntese). Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Rio de Janeiro, 1964.
- Site da Rede Globo, retirado de um site da Internet.
- Paloso, em “História do Pró-Álcool”, retirado de um site da Internet.
- Nota de Aula de Economia Brasileira II, nº. 5.
- Nota de Aula de Economia Brasileira II, nº. 6.